

MUNICÍPIO DE INHACORÁ

Lei nº 725-16-2017

CLEDI MARLI PIRES SAVARIZ, Prefeita Municipal de INHACORÁ, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

'Do Orçamento do Município '

Artigo 1º: O Orçamento Geral do Município de INHACORÁ para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 12.392.940,92 (doze milhões, trezentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) e fixa a Despesa em R\$ 12.392.940,92 (doze milhões, trezentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta reais e noventa e dois centavos), sendo R\$ 12.392.940,92 (doze milhões, trezentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) do Orçamento Fiscal .

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Artigo 2º: O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 12.392.940,92 (doze milhões, trezentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em 669.000,00 (seiscentos e sessenta e nove mil reais), em 11.723.940,92 (onze milhões, setecentos e vinte e três mil novecentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	12.392.940,92
4.1.RECEITAS CORRENTES	12.202.433,83
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	190.507,09
Total:	12.392.940,92
Total geral:	12.392.940,92

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00 - LEGISLATIVO MUNICIPAL	669.000,00
02.00 - ASSESSORIA JURIDICA	135.140,53
03.00 - ADMINISTRACAO SUPERIOR	371.502,00
04.00 - ADMINISTRACAO GERAL	848.089,00
05.00 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA	936.361,00
06.00 - PLANEJAMENTO E COORDENACAO	147.502,00
07.00 - AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	797.068,15
08.00 - EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO	3.609.754,03
09.00 - OBRAS, VIACAO E SERVICOS	1.323.066,00
10.00 - SAUDE E SANEAMENTO	2.593.619,42
11.00 - ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	836.836,79
12.00 - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	8.002,00
13.00 - RESERVAS	117.000,00
Total:	12.392.940,92
Total geral:	12.392.940,92

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	669.000,00
04 - Administração	3.846.357,55
06 - Segurança Pública	24.103,00
08 - Assistência Social	724.735,79
10 - Saúde	2.038.179,55
12 - Educação	3.405.151,03
13 - Cultura	92.801,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

14 - Direitos da Cidadania	115.001,00
17 - Saneamento	140.248,32
18 - Gestão Ambiental	2.000,00
20 - Agricultura	795.068,15
23 - Comércio e Serviços	2.000,00
27 - Desporto e Lazer	61.602,00
28 - Encargos Especiais	359.693,53
99 - Reserva de Contingência	117.000,00
Total:	12.392.940,92
Total geral:	12.392.940,92

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa	669.000,00
122 - Administração Geral	4.419.289,39
123 - Administração Financeira	831.411,00
182 - Defesa Civil	9.500,00
241 - Assistência ao Idoso	8.610,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	3.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	159.001,00
244 - Assistência Comunitária	594.534,32
301 - Atenção Básica	1.466.460,57
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	253.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	84.200,00
361 - Ensino Fundamental	1.758.995,26
365 - Educação Infantil	735.084,77
367 - Educação Especial	25.606,00
368 - Educação Básica	449.707,00
392 - Difusão Cultural	109.302,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	35.103,00
481 - Habitação Rural	10.000,00
482 - Habitação Urbana	10.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	1.000,00
542 - Controle Ambiental	17.000,00
605 - Abastecimento	139.248,32
606 - Extensão Rural	26.092,76
813 - Lazer	101.102,00
843 - Serviço da Dívida Interna	104.950,00
845 - Outras Transferências	50.304,00
846 - Outros Encargos Especiais	204.439,53
999 - Reserva de Contingência	117.000,00
Total:	12.392.940,92
Total geral:	12.392.940,92

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1 - PROCESSO LEGISLATIVO	669.000,00
2 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.887.662,53
3 - SAUDE E SANEAMENTO	2.594.619,42
4 - EDUCAÇÃO E CULTURA	3.609.754,03
5 - AGRICULTURA	795.068,15
6 - ASSISTENCIA SOCIAL	836.836,79
Total:	12.392.940,92
Total geral:	12.392.940,92

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	11.338.869,09
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.685.299,60
3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	24.950,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.628.619,49
DESPESAS DE CAPITAL	937.071,83
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	813.072,23
4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras	43.999,60
4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	80.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

RESERVA DE CONTIGÊNCIA E RESERVA DO RPPS	117.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA E RE:	117.000,00
Total:	12.392.940,92
Total geral:	12.392.940,92

Do Orçamento do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORA

Artigo 3º - O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 12.392.940,92 (doze milhões, trezentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) e fixa as Despesas em R\$ 11.723.940,92 (onze milhões, setecentos e vinte e três mil novecentos e quarenta reais e noventa e dois centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS	12.392.940,92
4.1.RECEITAS CORRENTES	12.202.433,83
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	190.507,09
Total:	12.392.940,92
Total geral:	12.392.940,92

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração	3.846.357,55
06 - Segurança Pública	24.103,00
08 - Assistência Social	724.735,79
10 - Saúde	2.038.179,55
12 - Educação	3.405.151,03
13 - Cultura	92.801,00
14 - Direitos da Cidadania	115.001,00
17 - Saneamento	140.248,32
18 - Gestão Ambiental	2.000,00
20 - Agricultura	795.068,15
23 - Comércio e Serviços	2.000,00
27 - Desporto e Lazer	61.602,00
28 - Encargos Especiais	359.693,53
99 - Reserva de Contingência	117.000,00
Total:	11.723.940,92
Total geral:	11.723.940,92

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	10.686.869,09
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.191.100,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	24.950,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.470.819,09
DESPESAS DE CAPITAL	920.071,83
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	796.072,23
4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras	43.999,60
4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	80.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA E RESERVA DO RPPS	117.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA E RE:	117.000,00
Total:	11.723.940,92
Total geral:	11.723.940,92

Do Orçamento do(a) CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE INHACORA

Artigo 4º - O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE INHACORA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ () e fixa as Despesas em R\$ 669.000,00 (seiscentos e sessenta e nove mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º - A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE INHACORA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	669.000,00
Total:	669.000,00
Total geral:	669.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	652.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	494.199,60
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	157.800,40
DESPESAS DE CAPITAL	17.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	17.000,00
Total:	669.000,00
Total geral:	669.000,00

Artigo 5º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 7º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Paragrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 8º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 9º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 10º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 11º - Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Artigo 12º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 13º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 14º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

CLEDI MARLI PIRES SAVARIZ
PREFEITA MUNICIPAL

CESAR CLAUDINEI RODRIGUES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO